

# *História da família*

## *Seixas de Alencar*



José Roberto de Alencar Moreira

Brasília, 2000

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
OS ASCENDENTES DE EUNICE	3
A FAMÍLIA SEIXAS E AQUELAS COM AS QUAIS ENTRELAÇOU-SE	4
<i>A Família dos Quatro Cunhados</i>	4
<i>A Origem dos Seixas no Brasil</i>	8
<i>Os Ascendentes de Antônia Francisca Xavier de Luna</i>	10
<i>Os Monteiro de Barros</i>	12
<i>A Origem do Nome Pordeus</i>	15
A FAMÍLIA EVANGELISTA	19
A FAMÍLIA ALENCAR	21
<i>A Origem dos Alencares no Brasil</i>	21
<i>Os Alencares nos Movimentos Políticos do Século XIX no Nordeste</i>	25
<i>Os Descendentes de Leonel Pereira de Alencar</i>	28
A FAMÍLIA SEIXAS DE ALENCAR	33
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	41
ANEXO	43

## INTRODUÇÃO

Tudo começou por ocasião das comemorações dos 80 anos da minha mãe Eunice Seixas de Alencar. Orgulhosa de sua prole, não haveria melhor presente que um registro biográfico de seus filhos, netos e bisnetos. Junto com este registro resolvi acrescentar as árvores genealógicas de meu pai Aluísio e dela.

Pelo lado de minha mãe, a família Seixas de Alencar, eu consegui a lista de ascendentes inicialmente através de informações de familiares e também a partir do trabalho de consulta realizado pelos primos José de Alencar Seixas de São Paulo e Ruth Seixas de Belém. Consultando as informações de família e os dados constantes em livros já publicados sobre a família Seixas e sobre a vida de José de Alencar a árvore foi montada pelos dois. A partir de então, já imbuído pelo desejo de vencer os desafios da busca pelos ascendentes desconhecidos, fui sistematizando a pesquisa sobre as famílias Seixas, Alencar e Evangelista.

Neste registro eu busco o rigor histórico, procurando não ser contaminado por eufemismos familiares que distorcem a verdade. Entretanto, pouco do que aqui é informado foi descoberto por mim, ainda que tenha sido obra de muita busca pelos resultados das pesquisas de outros. Gostaria de pedir desculpas porque muitas vezes, pela falta de tempo, acabei por transcrever muitos dos textos de outros o que reduziu ainda mais a originalidade de meu trabalho.

Anexo é mostrada uma árvore genealógica da família para facilitar a compreensão do texto. Esta árvore é dividida nas três famílias formadoras da família Seixas de Alencar – os Seixas, os Alencares e os Evangelistas. Tendo em vista que o número de ascendentes conhecidos da família Seixas é muito grande, pelo volume de informações que foi obtido sobre a mesma no livro “Os Pordeus no Rio do Peixe” de Wilson Seixas, ela também foi dividida naquelas famílias que entrelaçaram-se com a mesma - a Família dos Quatro Cunhados, os ascendentes de Antônia Francisca Xavier de Luna e os Monteiro de Barros. Ao longo do texto são mostrados esquemas que explicam as relações de parentesco entre as pessoas mencionadas. São utilizadas cores específicas para cada família.

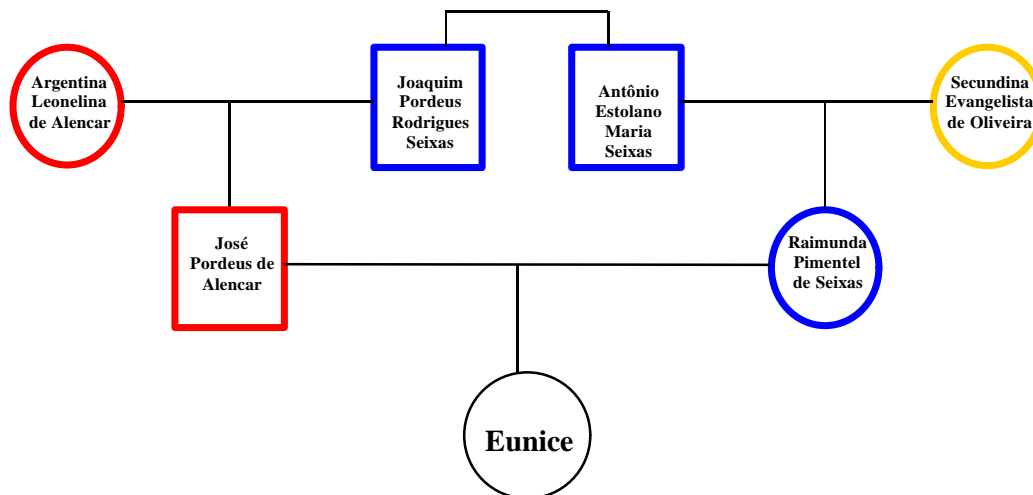
Se existe um genuíno brasileiro os membros da família Seixas de Alencar são provavelmente um deles. Esta pesquisa mostrou que eles têm origem em colonizadores portugueses dos séculos XVII e XVIII, oriundos de classes menos abastadas de Portugal, que vieram tentar a sorte no Brasil. Todos foram de muito sucesso na nova terra que os acolheu. Alguns eram

descendentes de agricultores, alguns eram cristão-novos. Certamente, também tem alguns que já estavam aqui antes da chegada dos portugueses e quem sabe mesmo outros que vieram da África. Os membros das duas famílias participaram das bandeiras de colonização, do ciclo do açúcar, da expulsão dos holandeses, da Guerra dos Mascates, do ciclo do gado, da Revolução de 1817, da Confederação do Equador, do ciclo da borracha, e finalmente da transferência da capital para Brasília. Este registro mostra a saga desta família, mostra a história da família de minha mãe Eunice Seixas de Alencar.

Não poderia também deixar de mencionar que este trabalho é fruto da ajuda de muitas pessoas as quais devo agradecer. Apenas mencionarei seus nomes pela ordem que me veio à lembrança: José de Alencar Seixas, Wilson Santos Brito e Ruth Seixas, Anadir de Alencar Seixas, Edmée Seixas de Alencar, minha mãe Eunice Seixas de Alencar, Antônio César Xavier, Wilson Seixas, Hedy Seixas de Araújo, Marly de Alencar Bartholomey, Célia de Siqueira Cavalcante Baracuí, Júlia Granja, Luiz Eduardo da Igreja dos Mormons, Lelei da Igreja Matriz de Ouricuri, Francisco Givaldo Pereira de Carvalho, Amparo Aires de Alencar, Maria Norma Alves de Alencar, Lupércio Granja, Lecy Granja, Julieta Pordeus, Augusto Ferraz, Arlene Goya, Maria Laura e Deolindo Coelho da Silva. Também devo agradecer à minha esposa Susan Catherine Casement Moreira pela paciência com as minhas pesquisas em genealogia.

## OS ASCENDENTES DE EUNICE

Os pais de Eunice – José Pordeus de Alencar e Raimunda Pimentel de Seixas – eram primos. Os pais de ambos eram irmãos – Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas e Antônio Estolano Maria Seixas - descendentes da família Seixas. Eunice teria vindo a se chamar Eunice Seixas de Seixas se não fosse uma de suas avós da família Alencar – Argentina Leonelina de Alencar. A família Alencar era na época uma família de muita influência e o pai de Eunice acabou por adotar o nome da família de sua mãe. A outra avó de Eunice – Secundina Evangelista de Oliveira - era da família Evangelista. É dessas três famílias, e também daquelas com as quais a família Seixas entrelaçou-se, que eu vou tratar neste registro. Nos esquemas que serão apresentados a seguir a família Alencar será sempre representada em vermelho, a família Seixas em azul e a família Evangelista em amarelo. Dentre as outras famílias, a Família dos Quatro Cunhados será representada em preto, os ascendentes de Antônia Francisca Xavier de Luna em verde e os Monteiro de Barros em púrpura.



## **A FAMÍLIA SEIXAS E AQUELAS COM AS QUAIS ENTRELAÇOU-SE**

### ***A Família dos Quatro Cunhados***

Os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie – WIC), contando com esquadra de 56 navios, 1100 canhões, 3800 tripulantes, 3500 soldados, funcionários e artesãos, invadiram Pernambuco tomando Olinda e Recife sem esforço, no ano de 1630. Avançaram para o interior do Estado nos anos seguintes tomando Igarassu, Itamaracá, Goiana, Praia da Conceição, Rio Formoso, Arraial (hoje Camaragibe), Nazaré (hoje Gaibu), e os Estados do Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com a vinda do Conde Johann Mauritius van Nassau-Siegen em 1637 para ser governador, capitão e almirante-geral da Nova Holanda, Recife (10mil hab.) tornou-se centro cosmopolita de brasileiros, portugueses, holandeses, judeus, franceses, alemães, ingleses. Teve os primeiros cientistas e pintores do Brasil e o primeiro observatório astronômico das Américas. Em 1644 Nassau, acusado de esbanjador, desentendeu-se com a WIC e voltou à Holanda. A nova Holanda decaiu após a sua partida.

Em 1645, diversas vilas foram retomadas dos holandeses pelo comando dos senhores de engenho – foi a Insurreição Pernambucana. Em 19 de abril de 1648 uma tocaia do mestre-de-campo Francisco Barreto (2500 soldados), entre os montes Guararapes e um charco à beira-mar, rechaçou uma incursão do exército holandês (5000 soldados) – foi a primeira Batalha dos Guararapes. Com auxílio de 13 navios de Portugal foi completado o cerco a Recife e obtida em 23 de janeiro de 1653 a rendição negociada dos holandeses.

Durante a guerra contra os holandeses no Nordeste, também conhecida por Guerra da Restauração, o governo local por diversas vezes pediu reforço de Portugal. Foi em um desses reforços que Pantaleão Fernandes de Figueiredo veio para o Brasil para ser sargento de infantaria. Ele era natural da cidade do Porto, Portugal, e filho de Belchior Fernandes e de Cecília Gomes. Após militar na Guerra da Restauração Pantaleão passou a ser comerciante a varejo e recebeu o título de Irmão da Misericórdia de Olinda em 1657. Pantaleão casou com Maria Gomes de Figueiredo que era natural do engenho do Rio Formoso da freguesia da Vila Formosa de Sirinhaém. O local onde ela nasceu deve ser hoje município de Rio Formoso. Não tenho conhecimento da ascendência de Maria Gomes de Figueiredo mas é possível que fosse uma ascendência indígena, já que ela nasceu no início do século XVIII em uma pequena cidade de Pernambuco. Um dos irmãos de Maria também participou da Guerra da Restauração.

Quatro mascates recifenses de origem portuguesa – João Fernandes Silva, João da Rocha Mota, Domingos da Costa de Araújo e Miguel Correia Gomes – eram homens de muitas posses e amigos, todos cristãos velhos, procedentes das camadas mais humildes da população rural portuguesa. Os quatro formavam uma ala de mascates muito solidária, todos eles comerciantes em Recife, de muita influência no comércio local sendo alguns dos cabeças do partido reinol em Pernambuco.



Durante um surto de febre amarela que assolou Pernambuco a partir de 1685, os quatro fizeram uma promessa de que caso sobrevivessem à peste, casariam “com donzelas limpas, bem educadas e pobres”. Este surto de febre amarela em Pernambuco, foi chamado de males ou bicha, pela semelhança que tinha nos seus efeitos (vômitos negros, convulsões, diarreia e moléstias internas) com a mordida da cobra venenosa. Outros julgaram poder ser o mal causado por lombrigas, ou por castigo de Deus aquela

hidra. Era trazida por pessoas que vinham de mares a fora, ou dos sertões. Durou vários anos em Recife, e levou grande parte das pessoas, principalmente aos mais robustos. Aparentemente, era mais virulenta aos portugueses do que aos nativos ou aos negros. Os médicos atribuíam-lhe uma “causa moral – os pecados de seus moradores” além de “causa natural que são os Astros e os Elementos”. Para sua erradicação foi combatida a prostituição, proibidos os enterros dentro das igrejas e realizada a higienização das casas e ruas de Recife. Os quatro mascates amigos sobreviveram à peste e escolheram quatro filhas de Pantaleão Fernandes de Figueiredo para se casar. Os quatro casaram no mesmo dia. Esta família passou a ser conhecida como a “Família dos Quatro Cunhados”. No esquema que será apresentado a seguir os membros da família dos quatro cunhados que não forem ascendentes diretos de minha mãe estarão representados por linha mais fina.

Na segunda metade do século XVII o sistema produtivo açucareiro pernambucano, após uma recuperação em relação à Guerra contra os Holandeses, passou a ressentir-se pela queda do preço internacional do

açúcar devido ao início da produção de açúcar antilhano. Os mercadores portugueses de Recife, dentre eles os quatro cunhados, monopolizavam o crédito à lavoura, a exportação do açúcar e o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, além dos contratos de arrematação de impostos. Transferiam, assim, o ônus da crise ao sistema produtivo, que estava nas mãos de brasileiros residentes em Olinda. Nos fins do século XVII os mascates também passaram a almejar a ascendência às posições de poder, para ter voz ativa na Câmara de Olinda, ter postos de administração local e de comando de milícias e cargos de burocracia régia que eram alienados pela coroa.

João da Rocha Mota (um dos quatro amigos) casou-se (possivelmente no final da década de 1680) com a filha de Pantaleão de nome Lourença Gomes de Figueiredo. João da Rocha Mota era de ascendência modesta, com o pai tendo exercido a profissão de alfaiate e os avós vivido do trabalho manual. Em sete de agosto de 1698 foi condecorado por patente de Capitão da Ordenança de Olinda. Mais tarde veio a ser coronel desta mesma ordenança. Em 1700 passou a ocupar a função de contador na passageira Casa da Moeda de Pernambuco (1700-02).

Em 1709 João da Rocha Mota ascendeu à Ordem de Cristo. Por não ter havido unanimidade entre os membros da Mesa da Consciência e Ordens, sua pretensão ao enobrecimento teve que ser referendada por D. João V. A despeito das patentes de alferes, capitão e coronel de ordenanças e de ter ocupado a função de contador na Casa da Moeda de Pernambuco e a despeito também dos serviços, recebidos a título de dote, de um tio de sua mulher que militara na Guerra da Restauração, João teve que requerer quatro vezes ao título da Ordem de Cristo contra os sucessivos vetos da Mesa. Isto leva a crer que João fosse talvez de ascendência judia. João da Rocha Mota chegou a Cavaleiro Fidalgo da Casa Real.

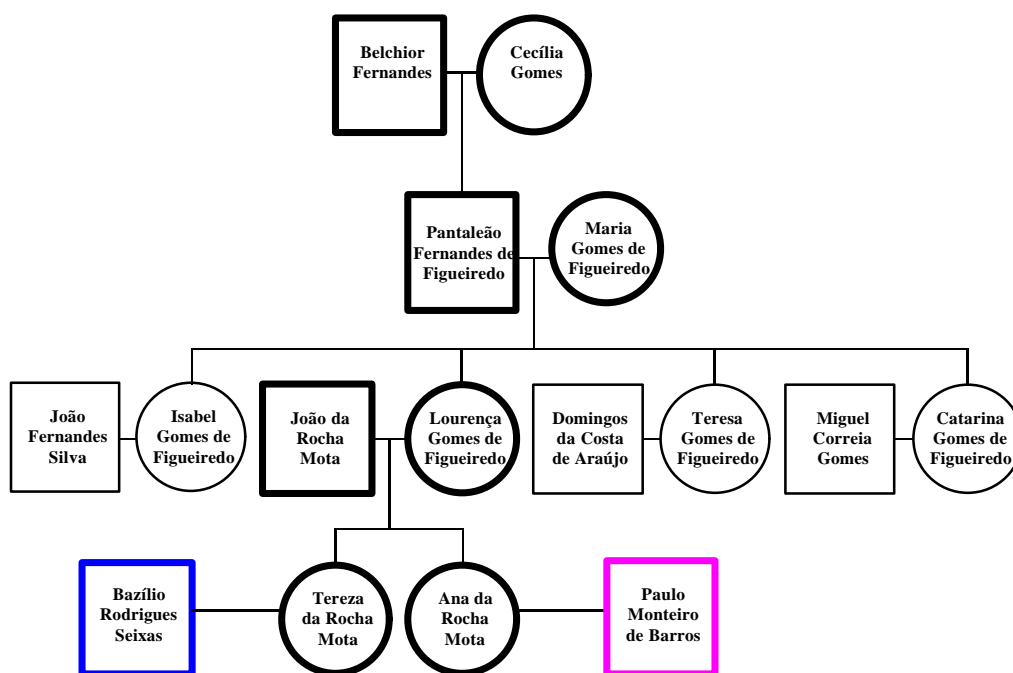
A disputa entre usineiros brasileiros de Olinda e comerciantes portugueses de Recife, entre mazombos e reinóis, entre devedores rurais e credores urbanos, entre nobres e comerciantes, foi uma das causas da Guerra dos Mascates entre Olinda e Recife. Miguel Correia Gomes e Domingos da Costa de Araújo, dois dos quatro cunhados, tiveram participação determinante neste conflito em disputa acirrada com Felipe Paes Barreto na câmara de Olinda. Os mesmos receberam apoio irrestrito dos outros dois cunhados.

Em fevereiro de 1710 chegou de Portugal a ordem régia que erigia Recife em vila, que até então fazia parte de Olinda. O governador Sebastião de Castro e Caldas, que apoiava os reinóis, implementou a ordem



imediatamente, mandando levantar o pelourinho simbólico e fazendo eleger a primeira câmara de vereadores. Em outubro deste mesmo ano, a tentativa de assassinato do governador e um levante das milícias rurais sob o controle do partido de Olinda, levou à fuga de Castro e Caldas para a Bahia. A partir de então a nobreza de Olinda mandou anular a emancipação de Recife, demitiu os reinóis dos cargos públicos e colocou no governo o bispo de Olinda, D. Manuel Álvares da Costa, partidário dos mesmos. Em junho de 1711 ocorreu um levante dos mascates que foi reprimido por Olinda por um apertado cerco ao Recife. Em outubro, entretanto, finalmente chegou de Portugal o novo governador, Félix Machado, que fora instruído pela coroa a dar uma lição à nobreza da terra. Devolveu a autonomia a Recife e prendeu e confiscou bens de chefes de Olinda.

João da Rocha Mota e Lourença Gomes de Figueiredo vieram a ser pais de Teresa da Rocha Mota e Ana da Rocha Mota. Teresa viria a se casar com um membro da família Seixas – Bazílio Rodrigues Seixas – enquanto Ana viria a se casar com um membro da família Monteiro de Barros - Paulo Monteiro de Barros.



Em 15 de abril de 1717 o então Coronel João da Rocha Mota requereu a sesmaria da Pedra Comprida de número 137, no sertão dos Cariris na

Paraíba e obteve a concessão da mesma em 17 de julho de 1718. Em 19 de maio de 1717 ele também requereu junto com o seu genro Capitão Paulo Monteiro de Barros uma outra sesmaria. Esta sesmaria, conhecida como os Campos da Lagoa de Cima e Poço Salgado, obteve número 140, e estava localizada no mesmo sertão dos Cariris. A concessão da mesma foi obtida em 22 de julho de 1718. Tanto João da Rocha Mota como Paulo Monteiro de Barros viviam nesta época em Recife. Estes dados foram colhidos do livro “Apontamentos para a História Territorial da Paraíba” de João de Lira Tavares. Não tenho conhecimento se algum dia vieram a tomar posse dessas terras.

### ***A Origem dos Seixas no Brasil***

A família Seixas no Brasil teve origem em Bazílio Rodrigues Seixas, português de Viana, que provavelmente nasceu na segunda metade do século XVII e que veio para o Brasil no final deste mesmo século. O nome Seixas, vem da palavra hebraica Seixa, que é uma espécie de pomba adem – ave sexum. O brasão da família Seixas é formado por um escudo verde com cinco pombas prateadas. Devido a origem de seu nome, é possível supor que a família Seixas tenha origem judaica, mas isto é apenas suposição.



Os pais de Bazílio Rodrigues Seixas eram agricultores. Seu pai era Domingos Afonso das Eiras, nascido em São Martinho de Mou, Viana - Portugal, e sua mãe Maria Domingues. Domingos Afonso das Eiras era filho de Domingos Afonso, nascido em Eiras - Portugal, e de Maria Rodrigues das Eiras. Maria Domingues era filha de João Gonçalves do Outeiro, nascido em Portugal, e Maria Domingues (a filha era homônima da mãe). O avô de Bazílio, João Gonçalves do Outeiro, era filho de João Rodrigues Searão, nascido em

Portugal provavelmente no último quarto do século XVI. Acredito que nenhum dos ascendentes de Bazílio tenha vindo para o Brasil. Aparentemente, um outro irmão de Bazílio também veio para o Brasil e



uma como estando solteira. Talvez, o pedido ao rei tenha sido apenas uma maneira de tentar mandar suas filhas de volta a Portugal, mas não sei se estas foram. Este livro foi escrito por este militar recifense em 1748, registrando a ascendência e descendência de vários daqueles que possuíam títulos de nobreza na capitania de Pernambuco. Na verdade, este livro é a fonte de muitos dos conhecimentos que são apresentados neste registro genealógico.

O Capitão Bazílio Rodrigues Seixas requereu em 5 de novembro de 1757 e obteve a sesmaria do Sítio São Gonçalo de número 459, na Ribeira das Piranhas onde hoje encontra-se o município de São Gonçalo (PB). Declarou que havia aproximadamente 20 anos povoara o sítio S. Gonçalo com gados vacum e cavalari, e que o comprara da Casa da Torre. O documento de concessão de sesmaria deixa claro que Bazílio vivia nesta época em Recife e quem vivia no Sítio São Gonçalo eram suas vacas e cavalos. Bazílio era pessoa de muitas posses em Recife para largar tudo para colonizar o sertão da Paraíba, como tenta afirmar Wilson Seixas em seu livro.

Bazílio Rodrigues Seixas e Teresa da Rocha Mota vieram a ser pais de Bazílio Rodrigues Seixas Júnior que veio e se casar com Antônia Francisca Xavier de Luna.

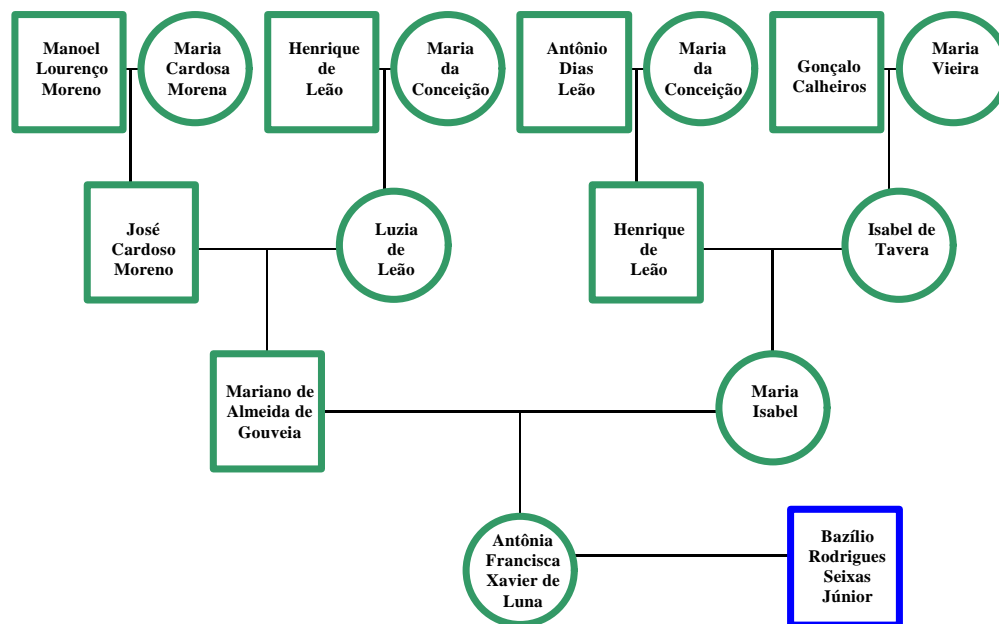
#### ***Os Ascendentes de Antônia Francisca Xavier de Luna***

Os Luna são uma das famílias de quem menos tenho conhecimento de fatos e certeza de sua relação com a família Seixas. Resolvi separar como uma família aparte porque, graças ao livro de Borges da Fonseca, tenho o conhecimento de vários ascendentes da esposa de um dos membros da família Seixas nele relatados.

José Cardoso Moreno, que tinha o título nobiliárquico de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, e que era natural de Lamego - Portugal, filho de Manoel Lourenço Moreno (que era conhecido por “o Cangueiro”) e de Maria Cardosa Morena, veio a se casar com Luzia de Leão, filha de Henrique de Leão e Maria da Conceição. É bem possível que todos estes ascendentes tenham nascido em Portugal e que nunca tenham vindo ao Brasil. Viveram durante o século XVII, possivelmente tendo nascido no início desse século. O mais possível é que apenas o filho de José Cardoso Moreno e de Luzia de Leão, que se chamava Mariano de Almeida de Gouveia, tenha vindo para o Brasil, mas mesmo assim deve ter nascido em Portugal. Mariano de Almeida de Gouveia, veio a conseguir o título nobiliárquico de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Antônio Dias Leão, que era natural da Vila Nova de Portimão, no Algarve - Portugal, veio para o Brasil (possivelmente durante a primeira metade do século XVII) e acabou por casar-se com Maria da Conceição, que era natural do Forte Velho (PB – não tenho conhecimento qual cidade esta representa no presente). Maria da Conceição, tendo um nome tão simples, sem sobrenome de ascendentes, e tendo nascido numa pequena localidade da Paraíba no século XVII, é possivelmente de ascendência indígena (mera especulação). O filho deste casal, Henrique de Leão, nasceu no Recife e veio a se casar com Isabel de Tavera, possivelmente na segunda metade do século XVII. Isabel de Tavera era natural de Igarassu, filha de Gonçalo Calheiros e de Maria Vieira, ambos naturais da Província do Minho, Portugal, e que devem ter vindo para o Brasil durante o século XVII. Henrique de Leão e Isabel de Tavera tiveram como filha Maria Isabel.

Mariano de Almeida de Gouveia, filho de José Cardoso Moreno e Luzia de Leão, veio a se casar com Maria Isabel, filha de Henrique de Leão e Isabel de Tavera. O casal deve ter casado no final do século XVII ou no início do século XVIII. Vieram a ser pais de Antônia Francisca Xavier de Luna, que viria a se casar com um membro da família Seixas – Bazílio Rodrigues Seixas Júnior.



Não sou de todo convencido da veracidade desta árvore e de sua verdadeira relação com os Seixas. Toda ela foi descrita por Borges da Fonseca, mas são encontradas diversas repetições de nomes, mesmo em famílias diferentes. O nome Henrique de Leão aparece duas vezes na árvore em diferentes ascendentes e o sobrenome Leão aparece como de ascendentes tanto do pai como da mãe de Antônia Francisca Xavier de Luna. Entretanto, o casamento dentro de uma mesma família era comum, como podemos ver em diversos exemplos dentro deste registro. Filhos receberem nomes em homenagem a tios também era comum, e pode ser o caso aqui. Por último, Borges da Fonseca não sabia o nome da filha de Mariano de Almeida de Gouveia e Maria Isabel que veio a se casar com Bazílio Rodrigues Seixas Júnior. Ele apresentava esta árvore como sendo dos ascendentes da esposa de Bazílio Júnior, mas não apresentava o nome de sua esposa (o livro foi editado apenas no início do século XX a partir de seus manuscritos). Antônia Francisca Xavier de Luna consta no livro de Wilson Seixas, apenas como sendo mãe de José Rodrigues Seixas (filho de Bazílio Rodrigues Seixas Júnior). Nenhum de seus sobrenomes coincidem com os de seus ascendentes, entretanto, isto também era possível na época. Wilson Seixas conseguiu o nome da mãe de José Rodrigues Seixas em um registro de compra e venda de terras em Pombal (PB). Por outro lado, o mesmo Wilson Seixas também menciona que anotações de seu avô (descendente da família Seixas) num caderno intitulado “Apontamentos Genealógicos”, aponta a mãe de José Rodrigues Seixas como sendo Branca Dias de Araújo Pereira, descendente dos morgados da Casa da Torre da Bahia. Todas estas incongruências deixam esta árvore bastante questionável.

### ***Os Monteiro de Barros***

Os Seixas e os Monteiros de Barros eram duas famílias muito próximas e o entrelaçamento entre as duas é sua consequência. Ana da Rocha Mota, filha de João da Rocha Mota (da Família dos Quatro Cunhados) e Lourença Gomes de Figueiredo, casou com Paulo Monteiro de Barros. O Capitão Paulo Monteiro de Barros foi Familiar do Santo Ofício e muito próximo dos mascates influentes de Recife e quem sabe um deles.

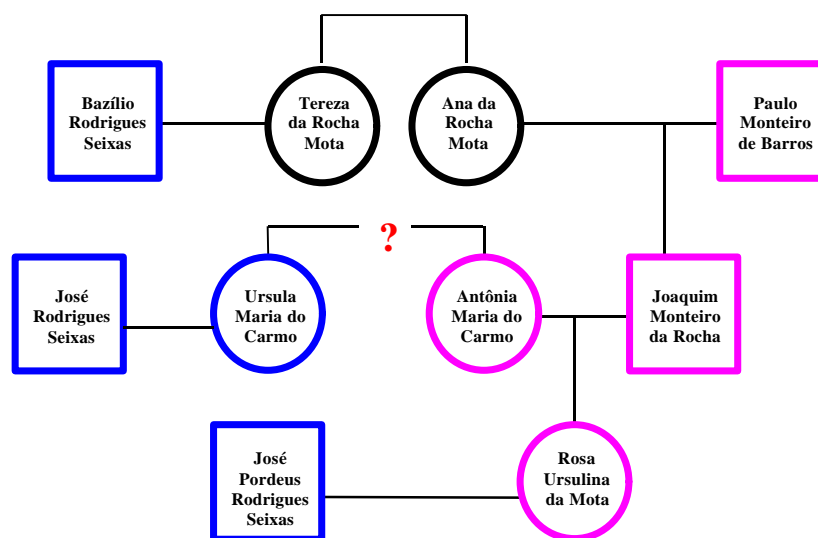
Conforme já foi descrito, em 19 de maio de 1717 Paulo Monteiro de Barros requereu junto com seu sogro Coronel João da Rocha Mota a sesmaria dos Campos da Lagoa de Cima e Poço Salgado, no sertão dos Cariris e obteve a concessão da mesma em 22 de julho de 1718. Antes de sua morte em meados do século XVIII, Paulo Monteiro de Barros comprou da Casa da Torre da Bahia o sítio Conceição, na Ribeira das Piranhas, onde hoje fica o município de São Gonçalo e Sousa (PB). Com o falecimento de Paulo

Monteiro de Barros, a viúva Ana da Rocha Mota vendeu em 1756 o sítio Conceição à Congregação do Oratório do Hospício de S. Felipe Neri, na cidade da Bahia, pela quantia de 400 mil reis.

Entretanto, há algo de estranho nestes dados colhidos do livro “Os Pordeus no Rio do Peixe” de Wilson Seixas. Apenas dois anos depois da suposta venda do sítio Conceição, Ana da Rocha Mota requereu e obteve do governo da Paraíba, a 18 de fevereiro de 1758, a sesmaria do mesmo sítio (concessão número 465). O documento foi assinado pelo seu procurador e filho, padre Bernardo Monteiro, da Congregação do Oratório de Pernambuco, por Ana não saber ler nem escrever. Ana declarou que havia comprado o sítio no ano anterior de um dos herdeiros da Casa da Torre, sargento-mór José Pires de Carvalho, e que queria assegurar sua compra por sesmaria, já que a Casa da Torre não tinha título. Ana temia que a Casa da Torre pudesse tomar o sítio de volta. Mais tarde, em 7 de fevereiro de 1776, Ana requereu e obteve (concessão número 710) que fosse compreendido como estando incluída em sua sesmaria do sítio Conceição, o olho d’água da serra dos Macacos e os de Mata Fresca. Ana requereu esta concessão para “evitar desordens e contendas”. Durante todo este tempo Ana da Rocha Mota viveu em Recife. Não sei se algum dia ela foi morar nos sertões da Paraíba. Acho muito improvável.



Um dos filhos do casal Paulo Monteiro de Barros e Ana da Rocha Mota foi Joaquim Monteiro da Rocha, que veio a ser clérigo presbítero. Foi vigário da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios em Sousa. Ainda que clérigo presbítero, Joaquim Monteiro da Rocha deixou filhos. Junto com Antônia Maria do Carmo, veio a ser pai de Rosa Ursulina da Mota. Conforme confessou através de escritura, Joaquim Monteiro da Rocha teria deixado filhos antes de sua ordenação "In sacritis". Entretanto, isto parece improvável, tendo em vista que teve muitos filhos, alguns nascidos no século XIX, sendo que já devia de ser padre desde meados do século XVIII.



Rosa Ursulina da Mota, que era baixinha, branca e de olhos azuis e gostava de embalar-se numa rede, filha de Joaquim Monteiro da Rocha e Antônia Maria do Carmo, veio a se casar com um membro da família Seixas – seu primo legítimo José Pordeus Rodrigues Seixas. Possivelmente casaram no final da década de 1830. Do casamento de José Pordeus Rodrigues Seixas com Rosa Ursulina da Mota origina a ligação entre as famílias Seixas e Monteiro. As duas famílias primeiro se aproximaram quando do casamento de membros das duas famílias com filhas de João da Rocha Mota – Bazílio Rodrigues Seixas casando com Teresa da Rocha Mota e Paulo Monteiro de Barros casando com Ana da Rocha Mota. Uma segunda aproximação das duas famílias é possível de ter ocorrido quando da amizade ilícita e particular que Joaquim Monteiro da Rocha teve com Antônia Maria do Carmo. Úrsula Maria do Carmo, casada com José Rodrigues Seixas, possui



o mesmo sobrenome da mulher do padre Joaquim e deve ser aparentada sua (mera especulação).

### *A Origem do Nome Pordeus*

Bazílio Rodrigues Seixas Júnior, filho de Bazílio Rodrigues Seixas e Teresa da Rocha Mota, casou-se provavelmente no segundo quarto do século XVIII, com Antônia Francisca Xavier de Luna, filha de Mariano de Almeida de Gouveia e Maria Isabel. Vieram a ser pais de José Rodrigues Seixas.



O início da colonização do oeste da Paraíba, da região das margens do Rio do Peixe, por colonos vindos da Bahia, Pernambuco e São Paulo, ocorreu no fim do século XVII, após conquistarem a amizade dos índios Icós. O povoado das margens do Rio do Peixe veio a ser conhecido pelo nome de Jardim do Rio do Peixe. Hoje é conhecido pelo nome de Sousa, dado em homenagem a cidade de mesmo nome em Portugal. Muitos acreditam que o nome da cidade seja uma homenagem ao padre Bento Freire de Sousa que junto com o Capitão-mor José Gomes de Sá, é um de seus fundadores. Mas isto é improvável, já que em Carta Régia de 22 de junho de 1766 os administradores de vilas foram orientados a denominá-las com nomes de localidades e cidades de Portugal. Os dois fundadores de Sousa eram ambos oriundos da cidade de mesmo nome em Portugal.

Seguindo o exemplo de seu pai, Bazílio Rodrigues Seixas Júnior requereu em 7 de novembro de 1757 e obteve a sesmaria do sítio Cajazeiras de número 460, na Ribeira das Piranhas onde hoje é o município de Cajazeiras (PB). Pediu a sesmaria em igual parte com Antônio Afonso de Carvalho, para que entre ambos com igual domínio a possuíssem.

José Rodrigues Seixas, filho de Bazílio Rodrigues Seixas Júnior e Antônia Francisca Xavier de Luna, provavelmente nasceu e se criou em Recife. Chegou a servir na cavalaria ligeira da praça desta cidade. José veio a se casar com Úrsula Maria do Carmo, provavelmente na segunda metade do século XVIII. Não tenho informações se José mudou-se para Pombal antes ou após seu casamento com Úrsula. José fizera com a noiva a promessa de que o primogênito do casal seria chamado “Mandado”, para assinalar “Mandado ao mundo por Deus”. O segundo filho homem seria chamado “Pordeus”, para assinalar “Pordeus ao mundo mandado”. No batizado do primeiro filho foram convencidos pelo padre que Mandado e Pordeus não eram nomes e que deveriam ser dados nomes de santos para os filhos. Eles então apenas incluíram o sobrenome “Pordeus” no nome dos filhos homens. O primeiro filho veio a chamar-se Bazílio Pordeus Rodrigues Seixas e o segundo José Pordeus Rodrigues Seixas. Esta é a origem do nome Pordeus.



**UMARI – SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (PB)**

Em 1786 o Capitão José Rodrigues Seixas vendeu a Antônio de Sousa Ferraz um sítio denominado Caiçara, nas Piranhas de Cima, que herdou da defunta sua mãe Dona Antônia Francisca Xavier de Luna. José veio a ser

escolhido em 20 de outubro de 1794 a servir como almotacel da vila de Pombal, sob a presidência do juiz ordinário Pedro Soares Barbosa. O almotacel era o inspetor encarregado da aplicação exata dos pesos e medidas e da taxaçaõ dos gêneros alimentícios da vila. Em 1798 José foi eleito juiz ordinário da vila de Pombal. Posteriormente, em 22 de agosto do mesmo ano, foi escolhido para servir de sargento-mor do corpo de ordenança da mesma vila, devido à experiência que já tivera na cavalaria ligeira da praça de Recife. Por ocasião da instalação da Vila Nova de Sousa em 7 de junho de 1800, o Capitão José Rodrigues Seixas foi convidado como pessoa especial às solenidades e subscreveu seu nome no termo lavrado no ato. Todos estes dados foram obtidos no livro de Wilson Seixas, que fez um excelente levantamento sobre a família Seixas em Pombal e em Sousa.

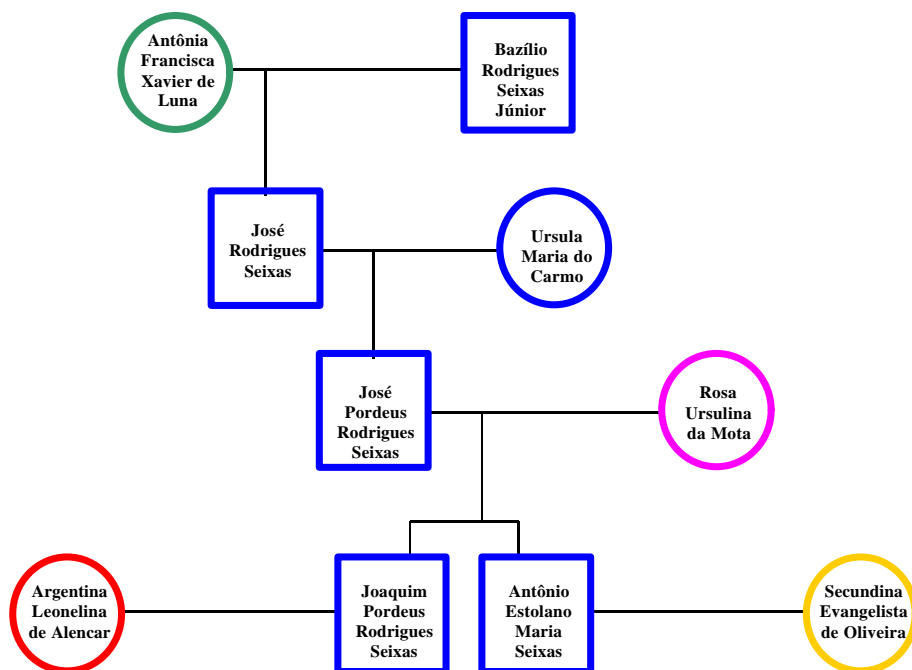
O segundo filho homem de José Rodrigues Seixas e Úrsula Maria do Carmo, aquele que foi chamado José Pordeus Rodrigues Seixas, nasceu em 1808. José Rodrigues Seixas faleceu ainda novo, antes de seu filho José Pordeus completar 3 anos. Após a morte de José, a viúva Dona Úrsula comprou em 1811 terras de Vitoriano Francisco de Carvalho e de sua mulher Ana Barbosa de Abreu. Organizou a fazenda com o nome de Umarí e esta veio a ser o abrigo da emergente família Pordeus. Hoje, esta fazenda localiza-se no município de São João do Rio do Peixe (PB), que por muito tempo foi denominado Antenor Navarro.

José Pordeus Rodrigues Seixas, filho de José Rodrigues Seixas e Úrsula Maria do Carmo, veio a se casar com sua prima legítima Rosa Ursulina da Mota, filha do padre Joaquim Monteiro da Rocha e Antônia Maria do Carmo, provavelmente em 1831. O casal teve como quinto filho Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas, que nasceu em 5 de agosto de 1847, e como sexto filho Antônio Estolano Maria Seixas, que nasceu em 27 de janeiro de 1849. Ambos nasceram na Fazenda Umarí, em São João do Rio do Peixe.

José Pordeus Rodrigues Seixas também faleceu jovem, em 27 de dezembro de 1854, aos 46 anos de idade, na Fazenda Umarí. No seu falecimento prematuro deixou oito filhos, dentre eles apenas dois maiores de idade. Quando de sua morte, seus filhos Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas e Antônio Estolano Maria Seixas tinham apenas sete e cinco anos de idade, respectivamente. No inventário José Pordeus recomendou que constasse uma esmola de 150 mil réis à capela do Senhor Bom Jesus de Sousa e declarou que deixava à sua esposa, D. Rosa Ursulina da Mota, a terça de todos os seus bens, com a condição de passar a dita herança para seus filhos, no caso de a mesma contrair segundas núpcias. José Pordeus nomeou como tutor de seus filhos o seu cunhado Joaquim Monteiro de

Oliveira. No inventário somou a sua riqueza 23 milhões de réis. Além de possuir bens materiais e de raiz, semoventes e escravos em Sousa, também possuía bens de raiz e semoventes em Ouricuri (PE), onde morava seu cunhado Joaquim. Esta é provavelmente a razão da mudança de Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas e Antônio Estolano Maria Seixas de Sousa para Ouricuri – seu tio Joaquim, que teve a sua guarda, morava em Ouricuri.

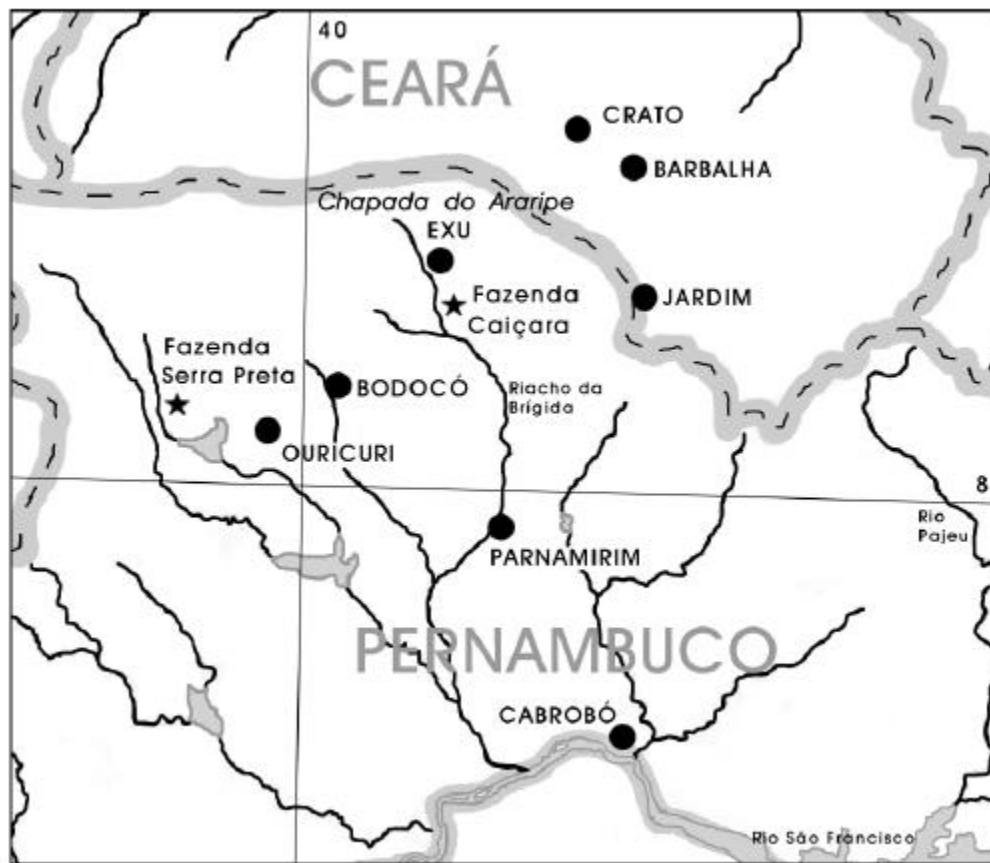
Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas veio a se casar com uma descendente da família Alencar, Argentina Leonelina de Alencar. Antônio Estolano Maria Seixas veio a se casar com uma descendente da família Evangelista, Secundina Evangelista de Oliveira.



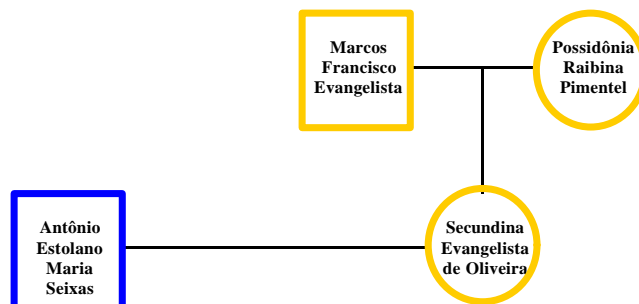
## A FAMÍLIA EVANGELISTA

De todas as linhagens dos meus bisavós, a da família Evangelista é a que eu tenho menos informações. Os nomes corretos de seus membros descobri recentemente e ainda hoje há dúvidas quanto a sua precisão. Ainda estou muito longe de saber as origens desta família.

O ascendente mais antigo que tenho conhecimento é Marcos Francisco Evangelista, que segundo a história da família era egípcio, muito alto, moreno, trigueiro e narigudo. Trabalhava como mascate. Fazendo vendas na fazenda do pai de Possidônia Raibina Pimentel acabou por apaixonar-se por ela. Possidônia era baixa, branca e de olhos azuis e correspondeu ao amor de Marcos. Os pais dela eram holandeses e quando Marcos pediu sua mão em casamento os mesmos não consentiram. O pai de Possidônia não consentiu pois não queria a filha casada com um mascate. Possidônia foi então “roubada” por Marcos e com este casou-se possivelmente no segundo quarto do século XIX.



Marcos Francisco Evangelista e Possidônia Raibina Pimentel vieram a ser pais de Secundina Evangelista de Oliveira. Secundina nasceu em 3 de março de 1853 em Ouricuri e veio a se casar com um membro da família Seixas - Antônio Estolano Maria Seixas. O sobrenome Oliveira, que consta no nome de Secundina, deve ser um erro do escrivão, mas é o nome de solteira que consta no seu registro de casamento.



Marcos Francisco Evangelista faleceu em 20 de fevereiro de 1892 em Ouricuri de “mal das urinas” deixando viúva Possidônia Raibina Pimentel. O verdadeiro nome de Possidônia é uma incógnita, tendo em vista que foram encontrados cinco registros com pequenas diferenças nos nomes. O mais provável é que seja o apresentado aqui, mas não se há certeza sobre o segundo nome. Pode ser Raibina, Rolinda ou Raimunda. É pouco provável que seja Raimunda, pois é um nome muito comum para o escrivão errar duas vezes. A história da família dava um nome diferente para Possidônia – Raimunda Pimentel Rodovalho de Alencar. O nome Raimunda seria possivelmente uma simplificação de Raibina, seu segundo nome. Talvez por causa de seu nome complicado e feio, Possidônia passou a ser conhecida no final de sua vida por Raimunda Pimentel Evangelista. É também possível que Possidônia fosse descendente da família Alencar, já que existe este sobrenome como sendo seu na memória da família, bem como pelo fato de vários membros da família Alencar terem sido padrinhos de seus filhos e também porque em um registro de batismo de uma de suas filhas seu nome aparece como sendo Possidônia Pimentel d’Alencar. Somente novas pesquisas poderão determinar se Possidônia era descendente da Família Alencar e/ou de holandeses.

## A FAMÍLIA ALENCAR

### *A Origem dos Alencares no Brasil*

A colonização do interior da Bahia ocorreu devido a expansão pecuária, que dava suporte às usinas de cana-de-açúcar, e seguiu margeando os grandes rios. Garcia D'Ávila foi o iniciador deste grande movimento de penetração povoadora, mas este só atravessou o Rio São Francisco (que também era conhecido por rio dos currais) após a capitulação dos holandeses em meados do século XVII. Na segunda metade do século XVII, exploradores vindos da Bahia a serviço da “Casa da Torre” dos Garcia D'Ávila, junto com bandeirantes paulistas, começaram a devassa da região onde viviam os belicosos índios cariris. Esta região localiza-se nos limites do que hoje são o oeste de Pernambuco, oeste da Paraíba e sul do Ceará. Dentre estes exploradores encontrava-se Leonel de Alencar Rego e seus irmãos João Francisco, Alexandre e Marta, portugueses que deram origem à família Alencar no Brasil. Leonel era original de San Martinho de Frexeiro, Braga – Portugal e veio para o Brasil com seus irmãos na segunda metade do século XVII. Seus pais foram Dorotéa de Alencar, nascida em Viana do Castelo, Província do Minho, Arcebispado de Braga - Portugal, e Francisco Martinho do Rego.

O nome Alencar, outrora Alancar, Alanquar, Alamquer, ou Alenquer, é um nome de origem habitacional - está ligado a Alenquer, hoje cidade Portuguesa próxima a Lisboa. Acredita-se que o nome provém de *Alan* (dos Álanos) e *Kerk* (templo ou igreja). Significaria, portanto, templo dos Álanos ou povoação fundada pelos Álanos. Entretanto, há comentários de que a família Alencar teria origem judaica. Não há brasão da família Alencar. Os brasões que são encontrados a venda como sendo da família Alencar são na realidade brasões das famílias Alencastro ou Lancaster.

Liderados por Leonel, o mais velho, os Alencares conduziram e criaram gado, aliaram-se e combateram os índios e fundaram fazendas pelos sertões de Pernambuco. No início do século XVIII iniciou-se o povoamento das regiões nas encostas sul da Serra do Araripe (nome primitivo RARI, que significa lugar ou habitação de arara) onde viviam os índios da tribo Ançu. Do São Francisco Leonel subiu o Riacho da Brígida até às nascentes, na Serra do Araripe, estagiando primeiramente em "Monte Sombrio", hoje Acaraí, em Várzea. Leonel veio a se fixar definitivamente no lugar que denominou Caiçara, às margens do riacho da Brígida, que foi tomado do gentio. A fazenda Caiçara se tornaria até hoje propriedade hereditária da família Alencar e célula do município de Exu (PE). Caiçara era fazenda em terras arrendadas à Casa da Torre, então pertencentes ao Coronel Francisco Dias D'Ávila, morgado daquela Casa. Até meados do século XVIII Leonel

ainda pagava o arrendamento da fazenda Caiçara à Casa da Torre. Essa região do Exu era conhecida como um dos campos propícios à criação de gado no Nordeste.



Junto com Leonel de Alencar Rego também foram para o sertão os irmãos Antônio, João e José Sousa Goulart, que vieram a ser um dos fundadores de Barbalha (CE). Antônio Sousa Goulart, nascido em Salvador, veio a casar-se com Maria da Encarnação de Jesus. O casal veio a ser pais de Maria da Assunção de Jesus, que nasceu em São Pedro Velho da cidade da Bahia (hoje Salvador). Antônio de Sousa Goulart estabeleceu-se no vale do Rio Salamanca (em Barbalha) e junto com seu irmão José e outros obteve em 11 de outubro de 1718 uma sesmaria de terra na Lagoa Coachilê que desaguava no riacho da Cachoeira. Antônio também obteve sesmaria em Ouricuri.

Leonel de Alencar Rego veio a se casar no início do século XVIII com Maria da Assunção de Jesus, uma das filhas de Antônio Sousa Goulart e Maria da Encarnação de Jesus. Vieram a ser pais de Joaquim Pereira de Alencar. Há quem diga que Leonel casou-se duas vezes e que os filhos do segundo casamento foram nascidos de Maria da Assunção Pereira, filha de Manoel Pereira de Carvalho. Esta seria a razão para os primeiros filho de Leonel não apresentarem o sobrenome Pereira ao contrário dos últimos. Nada há provado neste sentido e na certidão de batismo de Bárbara de Alencar consta que ela era neta de Maria da Assunção de Jesus, natural da



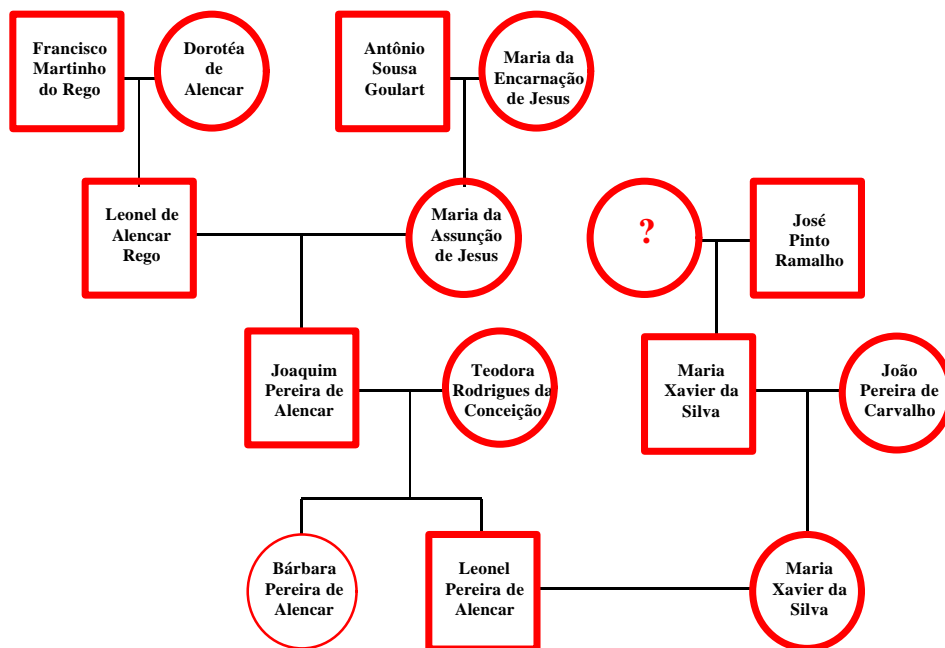
Bahia. Entretanto, até onde vai o meu conhecimento, não há nenhum documento que prove que o pai de Maria da Assunção de Jesus fosse Antônio Sousa Goulart ou Manoel Pereira de Carvalho. Existem as duas correntes de opinião e ainda quem afirme que Manoel Pereira de Carvalho teria sido a origem do nome Pereira entre os Alencares. A história da família também diz que Leonel teria conhecido Maria da Assunção de Jesus no navio vindo de Portugal quando ela ainda era criança, e que teria ido procurá-la na Bahia anos mais tarde para casar-se. Se assim tivesse sido, Maria não teria sido natural da Bahia como consta na certidão de batismo já mencionada.

Depois de se tornar proprietário de vasto trecho de terra, Leonel de Alencar Rego desmembrou sua posse primitiva em outras fazendas, tais como Araripe, Morro e Caracuri. Seu filho Joaquim Pereira de Alencar, que nasceu na fazenda Caiçara, foi quem herdou a velha fazenda do pai e residiu por quase toda a vida na casa-grande da mesma. Veio a se casar com Teodora Rodrigues da Conceição, também nascida em Exu, filha adotiva de Brígida Rodrigues de Abreu. A história da família diz que Teodora era uma mulher de fibra, que montava cavalos bravios, pegava gado selvagem e rastejava e matava as mais temíveis onças. Também há quem diga que ela era filha de Antônia Pereira Rosa e neta de Ana Rosa, possuidoras de muitas terras nos sertões do Pajeu (PE). Entretanto, mais uma vez a certidão de batismo de Bárbara de Alencar prova o contrário, pois consta que Teodora fora exposta na casa da viúva Brígida. Tendo sido Teodora filha adotiva, sua ascendência é uma total incógnita, tendo provavelmente vindo de família muito humilde. Nos esquemas que serão apresentados a seguir os membros da família Alencar que não forem ascendentes diretos de minha mãe estarão representados por linha mais fina.

Joaquim Pereira de Alencar e Teodora Rodrigues da Conceição vieram a ser pais de Bárbara Pereira de Alencar e de Leonel Pereira de Alencar ("seu" Dão). Bárbara nasceu em 11 de fevereiro de 1760 na fazenda Caiçara. Não se sabe a data de nascimento de Leonel, mas aparentemente era original de Salamanca, Barbalha, e possivelmente mais novo que Bárbara. É estranho que Leonel tenha nascido em Barbalha, já que aparentemente seu pai Joaquim só saiu de Exu para o Crato quando já era velho. No final do século XVIII alguns dos filhos de Joaquim Pereira de Alencar deixaram Exu e foram residir no sul do Ceará, especialmente em Jardim e no Crato (CE).

A partir de 1790 aconteceu uma grande seca no nordeste, que durou quatro anos, fazendo milhares de mortos. Considerável número de famílias dos

sertões do Rio São Francisco encaminharam-se em 1792, para as cabeceiras do Riacho dos Porcos (antiga região indígena) fugindo desta grande seca. Fundaram o povoado de Santo Antônio do Jardim (hoje Jardim). Leonel Pereira de Alencar veio a se casar em primeiro de janeiro de 1801 com sua prima Maria Xavier da Silva, que era original de Jardim, filha do Capitão João Pereira de Carvalho e de sua mãe homônima, ambos da Bahia. A mãe Maria Xavier da Silva era filha de José Pinto Ramalho. João Pereira de Carvalho tinha o apelido de “Baiano”, tendo sido procedente de Jeremoabo (BA). Instalou-se na fazenda Coitezeira em Jardim, foragido da polícia baiana, por ter cometido crime de morte. É possível que João ou sua esposa fossem parentes dos Alencares, mas não é conhecida esta ligação. É possível que esta ligação esteja em Leonel de Alencar Rego e sua esposa que aparentemente deu o nome Pereira a seus últimos filhos.



Leonel Pereira de Alencar e Maria Xavier da Silva vieram a ser pais de Joaquim Leonel de Alencar e de Ana Josefina de Alencar. Joaquim Leonel de Alencar aparentemente nasceu em Jardim em 1810. Leonel foi proprietário do engenho que ficava à vista da cidade do Jardim, lado oposto do ribeiro.

### *Os Alencares nos Movimentos Políticos do Século XIX no Nordeste*

Em Pernambuco havia um grande descontentamento no início do século XIX, devido à perda de sua importância no cenário da colônia, especialmente porque o cultivo da cana-de-açúcar entrara em declínio. A consequência deste descontentamento foi uma revolta que levou à proclamação da República no Recife em 6 de março de 1817, dando início à Revolução de 1817. A Revolução teve como base a oficialidade, o clero, a maçonaria e a elite esclarecida, e lutou contra a baixa cotação da cana-de-açúcar e do algodão e contra os novos impostos.

Um dos filhos de Bárbara de Alencar, José Martiniano de Alencar, era diácono do Seminário de Olinda, que era um modelo de ensino e um ninho de idéias liberais. Recife enviou José Martiniano para o Crato (onde Bárbara residia) com a missão de sublevar o interior. José Martiniano proclamou a República no Crato em 3 de maio de 1817, após a celebração da missa na igreja local, tendo adesão do clero, de personalidades locais e da família Alencar. Leonel Pereira de Alencar, tio de José Martiniano, era juiz ordinário, capitão de ordenanças e vereador à Câmara Municipal da Vila de Jardim. Homem de real prestígio, também levantou a bandeira da república em sua vila em 5 de maio e reconheceu o governo provisório do Recife fazendo lavrar a ata de instalação do novo governo.



**José Martiniano de Alencar**

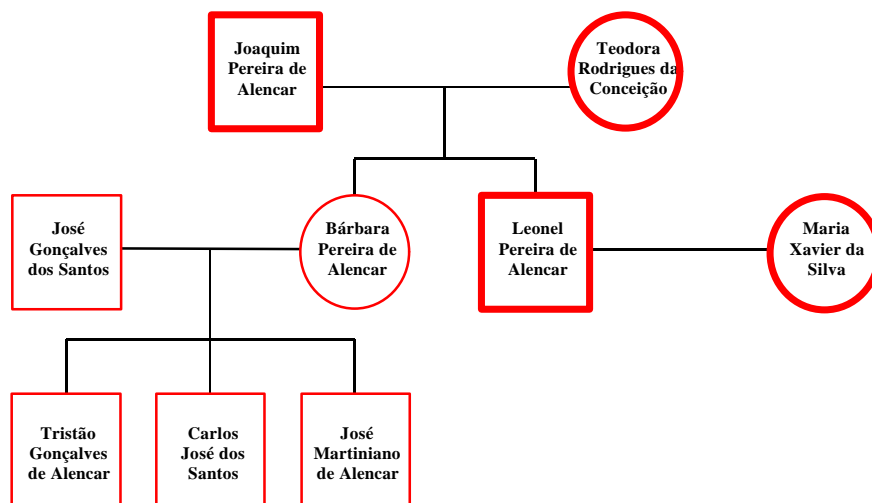
O Capitão-mor José Pereira Filgueiras marchou em 11 de maio com suas tropas sobre Crato e prendeu aos revoltosos, dentre eles Bárbara (que veio a ser conhecido por “Heroína do Crato”) e seus filhos José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves de Alencar e Carlos José dos Santos, e aparentemente também a Leonel Pereira de Alencar. A Revolução de 1817 foi totalmente reprimida em 20 de maio com a retomada de Recife

e com a execução de 14 revoltosos. Os revoltosos da família Alencar foram levados presos para Fortaleza (CE) e depois transferidos para presídio na Bahia. Leonel Pereira de Alencar foi pronunciado em 13 de setembro de 1818 devido à sua participação na Revolução de 1817. Em 17 de novembro de 1820 Leonel recebeu finalmente o perdão real. Os revoltosos do Crato foram soltos em agosto de 1821 após ficarem presos por quatro anos na

Fortaleza da Bahia. Não tenho dúvidas quanto a participação de Leonel na Revolução de 1817, mas não tenho certeza quanto a sua prisão.

Após sua soltura José Martiniano de Alencar foi eleito em 1821 deputado à Constituinte Portuguesa. Em 5 de outubro de 1822 os sete deputados brasileiros às Cortes (dentre eles José Martiniano) repudiaram a Constituição portuguesa e tiveram que fugir para a Inglaterra. Após a independência do Brasil, ainda em 1822, José Martiniano foi eleito deputado pelo Ceará e em 1823 recebeu as ordens sacerdotais.

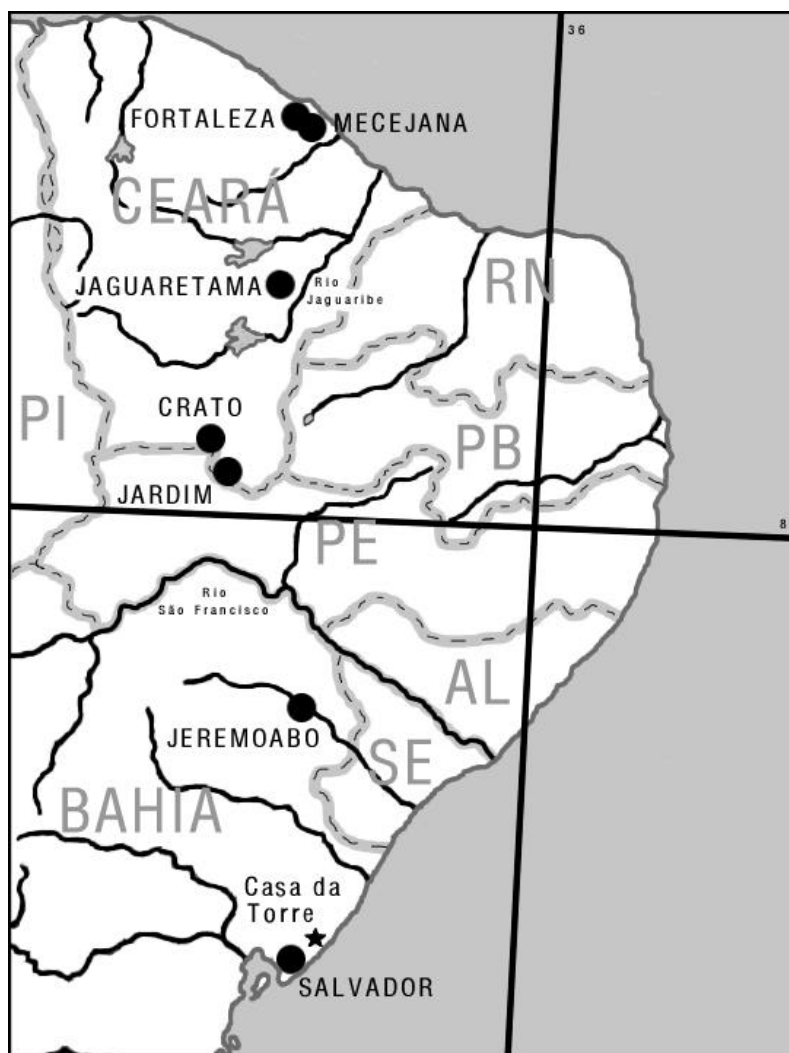
Seu irmão Tristão Gonçalves de Alencar comandou junto com aquele que o havia prendido em 1817, José Pereira Filgueiras, as tropas que derrotaram Fidié em Caxias (MA) durante a Guerra da Independência em 1822. Fidié não havia aceito a independência do Brasil de Portugal e havia levantado o Piauí.



A Primeira Assembléia Constituinte do Brasil foi aberta em 3 de maio de 1823, com a advertência de D. Pedro I de que só aceitaria a carta “se for digna de mim”. Em 12 de novembro D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte e criou um conselho para elaborar a Constituição. Esta crise política reacendeu o processo revolucionário em Recife, levando os republicanos de 1817 a retomar o combate republicano e federalista e dessa vez trazendo camadas populares à ação revolucionária. Em 2 de julho de 1824 foi proclamada por Pais de Andrade a Confederação do Equador no Recife, lutando por liberdades democráticas e a república. A Confederação

do Equador conseguiu assumir o poder na Paraíba em 14 de julho. Em seguida, em 3 de agosto, o Rio Grande do Norte também aderiu à Confederação do Equador.

Em Fortaleza foi realizado em 26 de agosto o Grande Conselho pelo qual o Ceará se constituiu Estado da Federação do Equador. Tristão Gonçalves de Alencar foi eleito o Presidente do Ceará. Como demonstração de nacionalismo Tristão escolheu o nome “Araripe”, nome da serra próxima a Crato, para acrescentar a seu nome. Passou a chamar-se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Como presidente do Ceará levantou a tropa. Leonel Pereira de Alencar também participou do Grande Conselho em Fortaleza.



A reação do Império foi imediata. Foi enviado o Exército Cooperador da Boa Ordem com 1200 homens para Recife comandado pelo pai daquele

que viria a ser o Duque de Caxias. Também foi enviado o almirante Cochrane, um mercenário inglês, com 5 navios e estes bombardearam Recife, capital da Confederação do Equador, em 19 de agosto.

O exército legalista tomou em 17 de setembro o último reduto republicano no Recife. De Recife as tropas e esquadra rumaram para o Ceará. Oito republicanos foram fuzilados em Pernambuco (dentre eles Frei Caneca), 5 no Ceará e 3 no Rio de Janeiro. Tristão Araripe acabou sendo morto em combate contra os imperialistas em 31 de outubro em Santa Rosa do Jaguaripe (hoje Jaguaratama – CE). Como demonstração de sua tristeza pela morte do marido, sua esposa Ana Porcina Ferreira de Lima, passou a acrescentar a palavra “Triste” em seu nome, e passou a ser conhecida por Ana Triste.

Leonel Pereira de Alencar foi assassinado em 28 de setembro de 1824 no seu Engenho Velho, na Vila de Jardim, junto com seu filho Raimundo Pereira de Alencar. Foi assassinado por um bando chefiado pelo procurador da Câmara de Jardim, Antônio Francisco de Melo, por alegação de serem inimigos do Império. Na realidade, Antônio Francisco de Melo era inimigo político de Leonel e a participação do mesmo na Confederação do Equador foi uma mera desculpa para justificar a sua eliminação. A casa foi cercada e houve tiroteio por toda a noite. Ao amanhecer foi atado fogo a casa. Leonel abriu a porta para enfrentar os assaltantes e levou um tiro na cabeça. A casa foi então saqueada. Até a morte, Leonel foi o Alencar de maior influência na família. A viúva de Leonel, Maria Xavier da Silva, fugiu com os filhos sobreviventes, estando ferida e grávida no sétimo mês. Só em Jardim e arredores os imperialistas fizeram 15 viúvas na família Alencar.

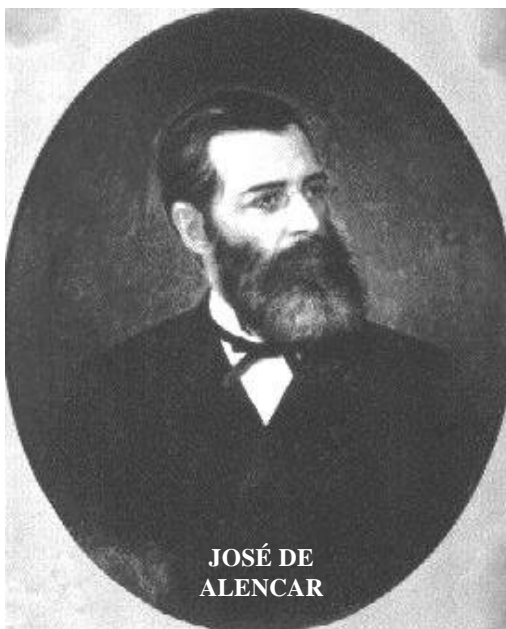
### ***Os Descendentes de Leonel Pereira de Alencar***

O padre José Martiniano de Alencar, filho de Bárbara Pereira de Alencar, informado do assassinato do seu tio Leonel Pereira de Alencar, foi ao Crato em 1826 para levar a viúva e os filhos para Fortaleza. No caminho, veio a contrair amizade ilícita e particular com sua prima Ana Josefina de Alencar, que era muito bonita. Dona Maria Xavier da Silva teve aversão à família Alencar para o resto de sua vida por conta deste acontecimento. José Martiniano estabeleceu-se com Ana Josefina em Mecejana (CE), e posteriormente no Rio de Janeiro (RJ) e vieram a ter 8 filhos. O primogênito foi José Martiniano de Alencar (homônimo do pai, nascido a 1 de maio de 1829), o poeta José de Alencar.

O pai José Martiniano de Alencar seguiu carreira política tendo sido indicado senador pelo Ceará em 1832, nomeado presidente do Ceará em

1834 e em 1840. Também participou ativamente do movimento pela maioria de D. Pedro II tendo fundado em 15 de março de 1840 no Rio de Janeiro a Sociedade Promotora da Maioridade. Era em sua casa que se reunia esta sociedade. O padre e político José Martiniano veio a falecer em 15 de março de 1860 no Rio de Janeiro.

O primogênito homônimo de José Martiniano de Alencar seguiu a carreira de escritor, poeta e político. Em 1 de janeiro de 1857 foi publicado o primeiro folhetim de “O Guarani” de José Martiniano de Alencar. Em 1861 foi eleito deputado pelo Ceará, em 1868 foi nomeado ministro da Justiça e no ano seguinte eleito senador pelo Ceará.



Por ironia do destino, em 20 de julho de 1864 José Martiniano de Alencar casou-se no Rio de Janeiro, com Georgiana Augusta Cochrane, parente próximo do almoz de seu tio Tristão Araripe. Georgiana nasceu no Rio de Janeiro, tendo sido filha do médico britânico Thomaz Cochrane (nascido em Madras – Índia) e Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama, oriunda de Vila Rica (hoje Ouro Preto – MG). Thomaz Cochrane era primo irmão do seu homônimo almirante Cochrane. O casal veio a ter cinco filhos. O poeta e

romancista José de Alencar faleceu em 12 de dezembro de 1877 no Rio de Janeiro.

A história da família diz que Joaquim Leonel de Alencar, filho de Leonel Pereira de Alencar e Maria Xavier da Silva, fugiu da família chocado com o amancebamento de sua irmã Ana Josefina de Alencar com o padre e primo José Martiniano de Alencar. Aparentemente, ele tinha 14 anos de idade na época da morte de seu pai e 16 na época do amancebamento de sua irmã. A história da família também diz que ele fugiu para um lugar de nome Serra Negra.

Na realidade, Joaquim Leonel de Alencar deve ter fugido para Exu, Bodocó (PE) ou redondezas, onde tinha muitos parentes. Por lá deve ter conhecido Maria Gentil da Costa, descendente da família Granja, que era uma das

mais poderosas famílias da região onde hoje fica Ouricuri, Parnamirim e Veneza, em Pernambuco. O mais provável é que seu casamento (c1830) com uma filha da família Granja deve ter propiciado a Joaquim a posse da fazenda Serra Preta, em Ouricuri. A localidade Serra Negra mencionada pela história da família como ponto final da fuga de Joaquim Leonel é na verdade a fazenda Serra Preta, que ele veio a possuir possivelmente após o casamento com Maria Gentil da Costa.

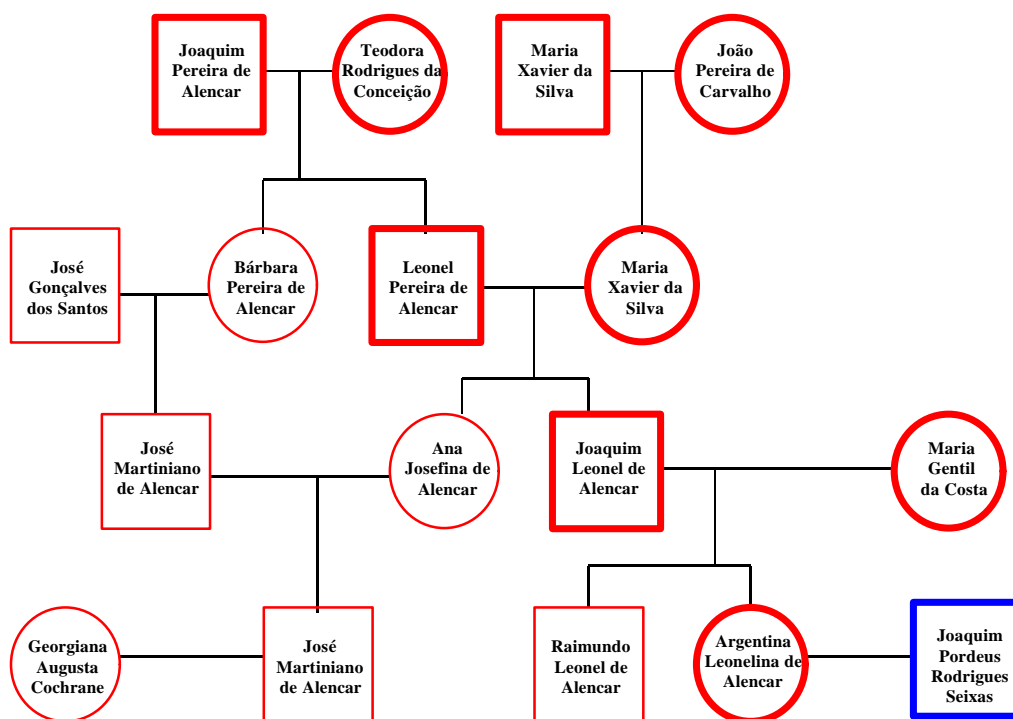


O povoamento do logradouro Aricuri em terras pertencentes à Fazenda Tamburil nas encostas da Serra do Araripe se deu no início do século XIX. Região de clima ameno e abundantes pastagens naturais, o logradouro passou a ser conhecido por Ouricuri, corruptela de aricuri, que é uma palmeira muito comum na região. Há quem diga que o nome do município tem origem numa corruptela da palavra indígena aricori, que significa ‘duas serras próximas’. Realmente, existem duas serras próximas a Ouricuri, mas a versão mais aceita para a origem do nome da cidade é a da palmeira aricuri. Os descendentes do padre Francisco Pedro da Silva costumam dizer que ele foi o fundador de Ouricuri, mas quando este por lá chegou em 1842 vindo de Sousa, na Paraíba, a vila já estava em pleno crescimento. Entretanto, tendo sido ele uma pessoa empreendedora e política, contribuiu muito para o desenvolvimento da vila.

A família Granja dominava a política local e o padre Francisco Pedro entrou em conflito direto com Álvaro Ernesto de Carvalho Granja, seu líder, também conhecido por Alvino. Alvino era proprietário do sítio Pau



Ferrado, residente na fazenda Veneza e organizara a família e os proprietários de fazendas em torno do Partido Conservador. O padre Francisco Pedro, em oposição ao líder local, ingressou no Partido Liberal pelo qual foi eleito deputado provincial em 1860. Durante uma estiagem na região, em 1860, houve racionamento de alimentos na feira local. Alvino conseguiu persuadir o feirante a entregar-lhe mais alimento que o racionado, mas o delegado local, Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, percebeu e impediu que isto acontecesse. Quando chegou em casa a esposa de Alvino, Dona Brazilina, disse-lhe que não permitiria a entrada de um marido desmoralizado. Alvino mandou matar o Capitão Branco e acabou por arrastar toda a família Granja ao desprezo político, econômico e social na região. No lugar de Alvino na liderança do Partido Conservador na região foi empossado Raimundo Leonel de Alencar, “o poderoso da fazenda Serra Preta”, que eu acredito fosse filho de Joaquim Leonel de Alencar. Aparentemente, Joaquim Leonel de Alencar veio a ser deputado provincial em Pernambuco, mas não tenho conhecimento da data.



Em um outro incidente em 1870 entre as duas facções políticas da região, a apuração de um inquérito foi roubada quando transportada para a sede da Comarca por Rodrigo Castor da Rocha Barros e João Pedrosa, vulgo

Janjão. Após o incidente Janjão foi preso. Quando foi solto, resolveu voltar para sua terra natal, Afogados da Ingazeira (PE). No caminho encontrou Joaquim Leonel de Alencar que interpelou-o com pilhéria. Janjão não suportou a galhofa e forçou Joaquim, nos seus 60 anos, a desmontar do cavalo e entrar em briga corporal. Joaquim levou a pior e ficou prostrado no chão enquanto seu cavalo fugia sozinho. Chegando o cavalo sozinho ao povoado, deixou a família de Joaquim preocupada até encontrá-lo ainda prostrado na beira da estrada. Janjão conseguiu fugir ajudado por um aliado político de Joaquim Leonel, Agostinho Correia de Melo, o Agostinho do Mulungu. Após o incidente Agostinho acabou por romper definitivamente com Joaquim Leonel.

Joaquim Leonel de Alencar e Maria Gentil da Costa vieram a ser pais de Argentina Leonelina de Alencar. Argentina nasceu em 20 de dezembro de 1851 na Fazenda Serra Preta, em Ouricuri, e veio a se casar com um membro da família Seixas – Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas. Joaquim Leonel de Alencar veio a falecer provavelmente em 1885.

## A FAMÍLIA SEIXAS DE ALENCAR

### *A Migração para a Amazônia*

O casamento de Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas, filho de José Pordeus Rodrigues Seixas e Rosa Ursulina da Mota, com Argentina Leonelina de Alencar, filha de Joaquim Leonel de Alencar e Maria Gentil da Costa, foi realizado em 6 de fevereiro de 1868 na Fazenda Serra Preta em Ouricuri. Os padrinhos foram José Maria Pedrosa e Silva, e Raimundo Leonel de Alencar, irmão de Argentina. O casal veio a ter oito filhos: Joaquim, José, Georgiana, Deusdedith, Maria, Amélia, Cícero e James.



SECUNDINA  
EVANGELISTA  
DE OLIVEIRA

O casamento de Antônio Estolano Maria Seixas, também filho de José Pordeus Rodrigues Seixas e Rosa Ursulina da Mota, com Secundina Evangelista de Oliveira, filha de Marcos Francisco Evangelista e Possidônia Raibina Pimentel, aconteceu em 3 de novembro de 1870 na Igreja Matriz de Ouricuri. Os padrinhos foram o irmão de Antônio Estolano - Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas, e o cunhado de Secundina - Leontino

Pimentel de Alencar, marido de Maria da Gloria Evangelista. Antônio Estolano e Leontino eram provavelmente grandes amigos que se casaram com duas irmãs, porque Antônio Estolano também foi padrinho do casamento de Leontino. O casal veio a ter treze filhos: Clotilde, Cornélio, Maria, Argemiro, Alfredo, Estolano, Raimunda, Odilon, Gustavo, Elvira, Maria das Dores, Edeltrudes e João.

José Pordeus de Alencar, o segundo filho de Joaquim Pordeus Rodrigues Seixas e Argentina Leonelina de Alencar, que veio a ser pai de Eunice, nasceu em 9 de outubro de 1881 em Ouricuri (provavelmente, na fazenda Serra Preta). José adotou o sobrenome da mãe (e não o do pai) por esta ser filha de família de grande importância na época. Joaquim e Argentina viveram na fazenda Serra Preta por muitos anos e seus filhos gostavam de brincar no açude do Cedro. Provavelmente no início da década de 1890 Joaquim e Argentina compraram terras e loja em Quixadá (CE) e para lá mudaram. Joaquim morreu em Quixadá em 1896. Teve um fulminante ataque cardíaco na porta de casa quando foi atender ao padeiro. Argentina não voltou para Ouricuri após a morte de seu marido. Seu filho mais velho,

também chamado Joaquim, já era maior de idade na época e passou a administrar a fazenda e ser o cabeça da família.



Desde 1827 a borracha já era um produto brasileiro de exportação. A partir de 1845 houve uma explosão na demanda internacional por borracha para a produção de pneus. Na época era pago £45/tonelada de borracha e o Brasil exportava apenas 0,5ton/ano. A partir de então houve um aumento vertiginoso no preço da borracha e na exportação brasileira chegando em 1905 a ser pago £389/tonelada e a exportação brasileira chegando a 34,5ton/ano. A partir de 1877 houve um período de quatro anos de seca no Nordeste (67000 mortos só em Fortaleza), que forçou a migração de 3000 nordestinos/ano para a Amazônia para trabalhar na extração da borracha.

Raimunda Pimentel de Seixas, a sétima filha de Antônio Estolano Maria Seixas e Secundina Evangelista de Oliveira, que veio a ser mãe de Eunice, nasceu em 14 de fevereiro de 1884 em Ouricuri. No final do século XIX ou no início do século XX Antônio Estolano resolveu tentar a sorte na Amazônia. Ele, Secundina e toda a família passaram pela casa da cunhada Argentina em Quixadá, quando a caminho de Fortaleza para pegar o vapor para Belém (PA). Argentina já era viúva de Joaquim. Em 1900 a borracha chegou a 40% das exportações brasileiras, Belém era a quarta maior cidade brasileira e Manaus (AM) veio a ser a segunda cidade brasileira a ter luz elétrica. O ano de 1901 foi ano de seca no Nordeste o que também deve ter influenciado na decisão de Antônio Estolano de mudar com a família para a Amazônia. Acredito que outros membros da família de Secundina já estivessem por lá ou provavelmente foram para o Pará após a ida deles. Tenho quase certeza que Leontino e Maria das Dores também foram para o

Pará. É até possível que Possidônia, mãe de Secundina, tenha mudado para o Pará com a família já que era viúva.



**OSÉ  
PORDEUS  
DE ALENCAR**



**RAIMUNDA  
PIMENTEL  
DE SEIXAS**

Alguns anos mais tarde (talvez em 1902), Argentina acabou mudando-se para o Pará com alguns de seus filhos, provavelmente convidada pelo seu genro. Foi neste reencontro da família que José Pordeus de Alencar e Maria (filhos de Argentina) apaixonaram-se respectivamente por Raimunda Pimentel de Seixas e Estolano (filhos de Secundina). Os dois casais de noivos acabaram casando-se juntos em 25 de outubro de 1905, provavelmente em Castanhal (PA). Foi justamente neste ano que houve um aumento vertiginoso no preço da borracha. Neste período vinte e seis mil nordestinos migravam por ano para a Amazônia. Secundina viria a falecer em Castanhal em 1912. Não tenho conhecimento da data de falecimento de Antônio Estolano, mas certamente faleceu no Pará. Argentina Leonelina de Alencar veio a falecer em Belém em 1919.

A foz do rio Xapuri, no atual Estado do Acre, que era habitada pelas tribos indígenas dos Xapuris, Catianas, e Meneteris, foi pela primeira vez visitada por ocidentais em 1861 por Manuel Urbano da Encarnação. A borracha desta região, que era possessão da Bolívia, começou então a ser explorada por brasileiros. Entretanto, no Tratado de Ayacucho, assinado em 27 de março de 1867, o Brasil reconheceu a posse do Acre à Bolívia. Em 1898 a Bolívia enviou ao Acre o delegado nacional José Paravicini para fundar Puerto Alonso (hoje Porto Acre - AC) próximo da fronteira com o Brasil, e criar posto alfandegário já que a exploração da borracha continuava na região. Mesmo assim, em 14 de julho de 1899 brasileiros proclamaram a República do Acre, um estado independente em território pertencente à Bolívia. Alegando dificuldades para manter o Acre, a Bolívia arrendou-o

em 11 de junho de 1901 à The Bolivian Syndicate of New York, através do Contrato de Aramayo.

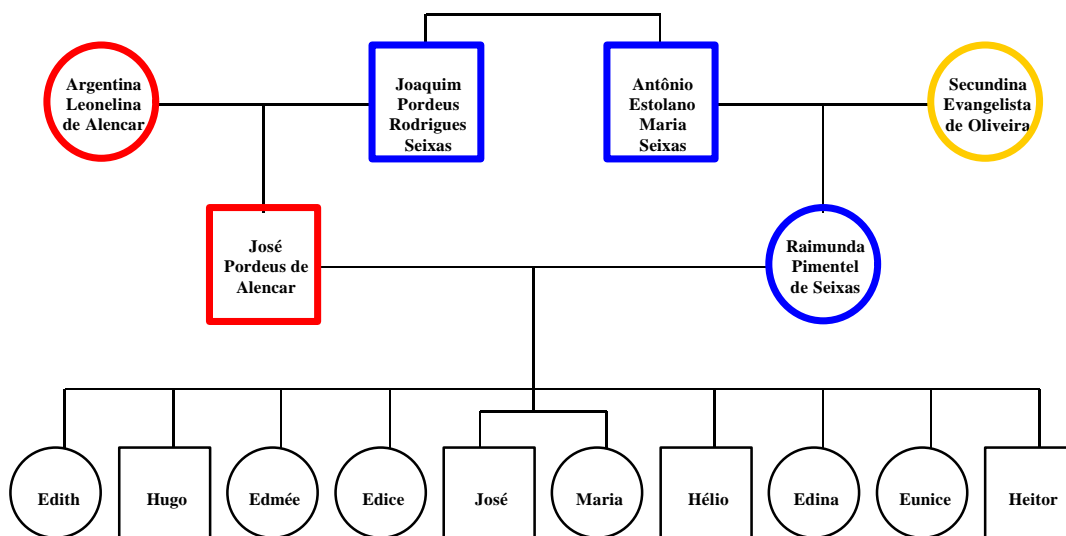
O nascente povoado de Xapuri (AC) tinha em 1902 uma população de 142 brasileiros e apenas 8 bolivianos, apesar de ser parte do Território de Colônias, pertencente à Bolívia. Devido as dificuldades impostas pelos bolivianos à exploração da borracha no Acre, houve um levante militar brasileiro na região liderado por Plácido de Castro, com um exército com 4 batalhões e 850 homens. Em 1903 o Presidente da Bolívia, General M. Pando tentou pessoalmente comandar a reconquista de Puerto Alonso, tomada pelos seringueiros, mas suspendeu os combates e fez em 21 de março um acordo preliminar com os brasileiros. O Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, encerrou o conflito acreano. A Bolívia perdeu 190mil km<sup>2</sup> contra 3mil km<sup>2</sup> e 2,5 milhões de libras do Brasil. O Acre passou a ser brasileiro. Com este tratado o Brasil também se comprometeu a construir uma estrada de ferro ligando os portos de Santo Antônio do Rio Madeira ao nascente povoado de Guajará-Mirim no então Estado do Mato Grosso (hoje Rondônia).



**A FAMÍLIA SEIXAS DE ALENCAR**

Do casamento de José Pordeus de Alencar e Raimunda Pimentel de Seixas nasceram dez filhos. Inicialmente, José trabalhou como comerciante no Acre deixando a família em Castanhal. Em 13 de setembro de 1906 nasceu

Edith Seixas de Alencar em Castanhal, primeira filha do casal. O segundo e terceiro filhos do casal nasceram em Belém, Hugo Pordeus Seixas de Alencar em 2 de dezembro de 1908 e Edmée Seixas de Alencar em 2 de agosto de 1910.

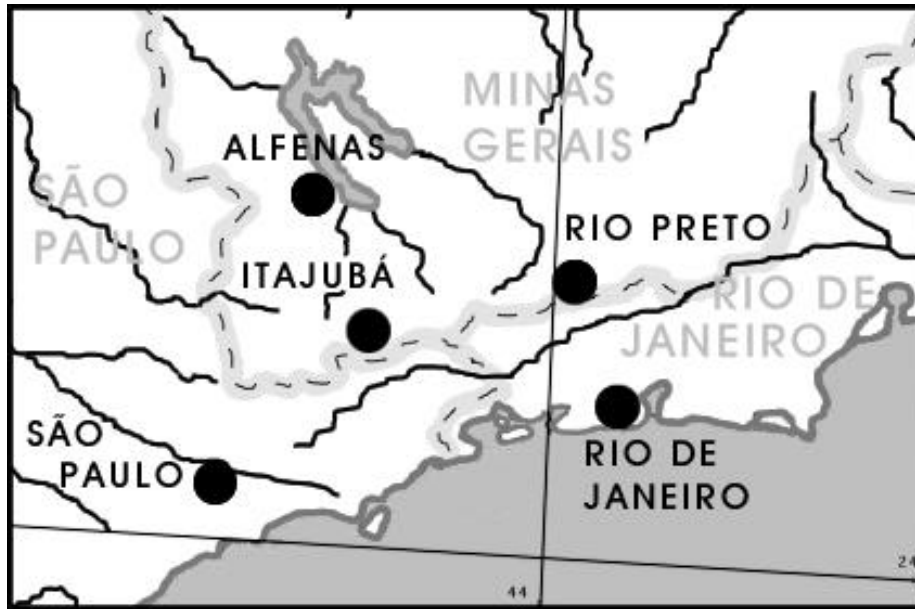


### ***O Declínio do Ciclo da Borracha***

Várias mudas de seringueira foram levadas em 1870 pelos ingleses para a Ásia (Malásia, Indonésia e Ceilão) para serem por lá cultivadas. Em 1910 a produção de borracha na Ásia passou a suprir a demanda mundial e inviabilizou a produção brasileira que era toda extraída nas matas. A família Seixas de Alencar mudou-se para o Acre em 1911 provavelmente tentando reduzir os gastos. Em 5 de setembro de 1912 nasceu Edice Seixas de Alencar em Xapuri, quarta filha de José e Raimunda. Em Xapuri ainda nasceriam em 1914 os gêmeos José e Maria Seixas de Alencar, que viriam a morrer dias após o nascimento.

O povoado de Guajará-Mirim localizava-se as margens do rio Mamoré. Guajará-Mirim significa “pequena cachoeira” em tupi-guaraní. O crescimento do povoado esteve ligado à exploração da borracha e à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Esta estrada de ferro, após levar 6000 operários à morte na sua construção, foi inaugurada em 30 de abril de 1912, mas já estava obsoleta pelo baixo preço da borracha. José Pordeus de Alencar passou a trabalhar em 1914 em Presidente Marques, Município de Guajará-Mirim e com ele mudou toda a família para o Quilômetro 333 da Madeira-Mamoré. José Pordeus de Alencar trabalhava

como comerciante e também fazia transporte de produtos pelos rios da Amazônia. Em 1915 Edice teve poliomielite e a família mudou-se para Belém para fazer o tratamento, enquanto José continuou trabalhando em Presidente Marques. Em 8 de março de 1916 nasceu Hélio Pordeus Seixas de Alencar em Belém, sétimo filho de José e Raimunda.



Possivelmente mais uma vez com o intuito de reduzir os gastos, em 1916 a família Seixas de Alencar retornou à Presidente Marques. A oitava, a nona e o décimo filhos do casal nasceram em Presidente Marques, Edina Seixas de Alencar em 19 de junho de 1917, Eunice Seixas de Alencar em 16 de julho de 1918 e Heitor Pordeus Seixas de Alencar em 20 de janeiro de 1920. Neste ano de 1920 houve uma queda vertiginosa no preço da borracha - era pago apenas £121/tonelada e também na exportação brasileira - 18,6ton/ano. Isto iniciou o conseqüente empobrecimento das regiões extrativas.

Com a queda do preço da borracha a família Seixas de Alencar mudou-se em 1920 para Bragança (PA) e depois para Santa Bárbara (MA), onde José Pordeus de Alencar trabalhou como comerciante. Heitor Pordeus Seixas de Alencar veio a falecer em Santa Bárbara em 1921. A família Seixas de Alencar mudou-se para São Luís (MA) em 1921, onde José passou a trabalhar como corretor de seguros da Sul América. Com este novo trabalho José acabou por mudar com a família inicialmente para Itajubá (MG) em 1924, para São Paulo (SP) em 1925, para Alfenas (MG) em 1934, para o Rio de Janeiro em 1935 e posteriormente para São Paulo em 1936.



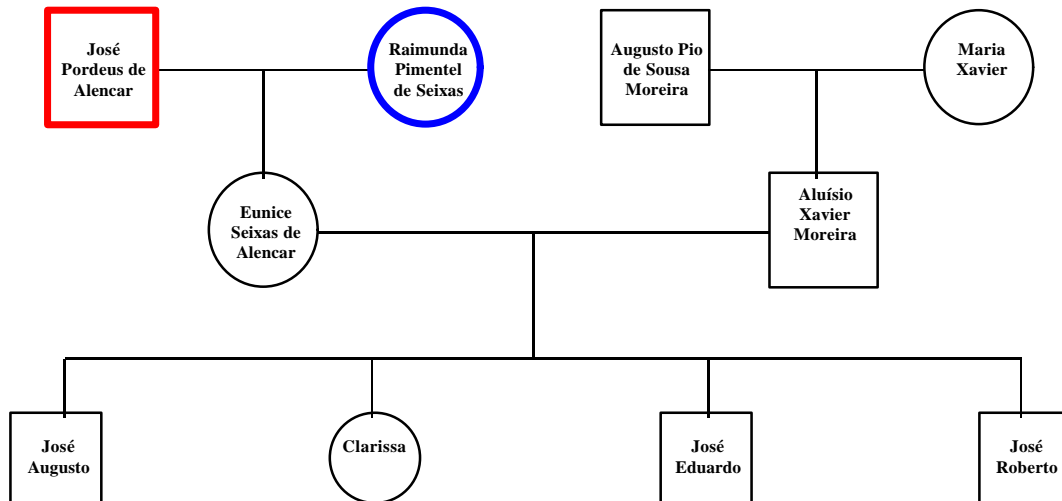
Em 1937 a família Seixas de Alencar mudou-se para Rio Preto (MG), onde José trabalhou como administrador de uma camisaria de seu genro José Azzi, marido de sua filha Edith. Posteriormente em 1938 José mudou-se novamente com a família para São Paulo, onde passou a viver como “agente financeiro”. Raimunda Pimentel de Seixas veio a falecer em 15 de abril de 1939 em São Paulo e José Pordeus de Alencar em 28 de janeiro de 1951, também em São Paulo.



EUNICE E ALUÍSIO

Eunice Seixas de Alencar conheceu Aluísio Xavier Moreira quando estudavam juntos em 1934 na mesma turma no ginásio em Alfenas, onde a família Seixas vivia na época. Em 1935 Aluísio iniciou estudos na Faculdade de Direito em Belo Horizonte (MG), tendo terminado em 1939. Neste mesmo ano Aluísio e Eunice começaram a namorar e casaram-se em 16 de julho de 1941 em São Paulo. Tiveram quatro filhos, José Augusto, Clarissa, José Eduardo e José Roberto. Viveram por um ano em Rancharia (SP) onde nasceu seu primeiro filho. Em 1942 mudaram-se para o Rio de Janeiro onde viveram por dezoito anos. Lá nasceram seus outros três filhos.

Finalmente, em 1960 mudaram-se para Brasília (DF) onde a família ainda vive.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Alencar, Edmée Seixas de (1998) **Informações pessoais.**
- Alencar, Juarez Aires de (1972) **Dona Bárbara do Crato; a heroína do Crato.** Fortaleza, Imprensa Universitária.
- Alencar Leão, Ruth de (1971) Bárbara de Alencar. In **Mulheres do Brasil.** pp. 174-227. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno.
- Andrade, Gilberto Osório de (1969) **Montebelo, os Males e os Mascates; contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- Aquino, Raul (1982) **Ouricuri: História e Genealogia.** Recife, Centro de Estudos de História Municipal. (Biblioteca pernambucana de história municipal nº 14)
- Araripe, Tristão de Alencar (1962) A Família Alencar. **Itaytera, 8:** 139-167, Crato, Instituto Cultural do Cariri.
- Araújo, Antônio Gomes de (1971) **A Cidade de Frei Carlos.** Crato, Instituto Cultural do Cariri.
- Barata, Carlos Eduardo de Almeida e Cunha Bueno, Antônio Henrique da (1999) **Dicionário das Famílias Brasileiras.**
- Bartholomey, Marly de Alencar (1998) **Informações pessoais.**
- Borges da Fonseca, Antônio José Victoriano (1748) **Nobiliarchia Pernambucana.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- Brito, Wilson Santos e Seixas, Ruth (2000) **Genealogia da Família Seixas.** Apostila.
- Cabral de Melo, Evaldo (1989) **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.** São Paulo, Companhia das Letras.
- Carvalho, Francisco Givaldo Pereira de (2000) **Informações e anotações pessoais.**
- Gadelha, Julieta Pordeus (1986) **Antes que Ninguém Conte.** A União.
- Guerra, Flávio (1969) **Alguns Documentos de Arquivos Portugueses de Interesse para a História de Pernambuco (Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino).** Recife, Arquivo Público Estadual.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957-1959) **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, IBGE. (Vols. XIV, XVI, XVII, XVIII, XXIV, XXVI)
- Joffily, Bernardo (1999) **Isto É Brasil, 500 Anos: atlas histórico.** São Paulo, Grupo de Comunicação Três.
- Leal, Vinícios de Barros (1993) **A Colonização Portuguesa no Ceará.** Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- Lima, Esperidião de Queiroz (1946) **Antiga Família do Sertão.** Rio de Janeiro, Livraria Agir.

- Medeiros, Coriolano de (1950) **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- Menezes, Raimundo (1977) **José de Alencar: literato e político**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- Moreira, Eunice de Alencar (1998) **Informações pessoais**.
- Nava, Pedro (1973) **Baú de Ossos: memórias**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- Paróquia São Sebastião de Ouricuri. (1851-1854) **Livro de Batismo nº2**.
- Paróquia São Sebastião de Ouricuri. (1868-1870) **Livro de Casamento s/nº**.
- Paróquia São Sebastião de Ouricuri. (1880-1885) **Livro de Batismo nº10**.
- Paróquia São Sebastião de Ouricuri. (1870-1892) **Livro de Óbito nº3**.
- Rede Alencarina (1999) **História da Família (séc. IV – XX)**. Página na Internet.
- Seixas, Anadir de Alencar (2000) **Informações pessoais**.
- Seixas, José de Alencar (1998) **Informações e anotações pessoais**.
- Seixas, Wilson (1972) **Os Pordeus no Rio do Peixe**. João Pessoa, Gráfica Universal.
- Stuart, Guilherme (1915) **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Fortaleza, Typographia Minerva.
- Tavares, João de Lyra (1909) **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Mossoró, Coleção Mossoroense.
- Ziravello, Mara (1999) **Brasil, 500 Anos**. São Paulo, Editora Abril.

